

(DES)DOBRAMENTOS DO CELULAR EM UMA VIDA-ESCOLA

Rejane Gandini Fialho¹

Hiran Pinel²

Janete Magalhães Carvalho

Sou um apanhador de desperdícios:

Amo os restos

como as boas moscas.

*Queria que a minha voz tivesse um formato
de canto.*

Porque eu não sou da informática:

eu sou da invencionática.

Só uso a palavra para compor meus silêncios

Manoel de Barros⁴

Uma primeira chamada...

Limites, possíveis e sentidos são movimentos que buscamos por meio dessa pesquisa, ouvindo pais, professores e alunos a partir de perspectivas que envolvem dobras, enunciados e relações entre real/virtual, tendo como base estudos que tomam Deleuze como ponto de tangência. O percurso segue a “invencionática” de Manoel de Barros, uma vez que os aparelhos celulares tornaram-se mais que objetos de uso permanente, povoam um universo de consumo e desejo, de marcas de poder e de classes sociais, de estabelecimentos de vínculos emocionais, bem como das angústias de pertencimento ou não a determinados grupos. Se entre os adultos esse universo é capaz de impor ou inibir comportamentos, entre crianças e adolescentes essa modalidade torna-se um imperativo. Se a dobra exprime a invenção de diferentes formas de relação consigo e com o mundo ao longo do tempo, o uso do celular tem possibilitado um olhar para esse plano de imanência que se operacionaliza no debate que envolve o espaço escolar. Os “meios de confinamento” e sua lógica disciplinar apresentados por Foucault são colocados em suspeição quando a vida da escola entra na rede – sejam quais forem os desdobramentos. A indústria de consumo investe cada vez mais nesses usuários e no desejo de ter/ser que invade nossas experiências. Interessa-nos entender como esses lugares ocupados pelas tecnologias na vida social são consolidados no cotidiano escolar, quais sentidos têm sido buscados pela escola em relação à chegada do aparelho celular aos espaços escolares, quais têm sido os silêncios, as interrupções, as ligações, as mensagens.

Em 2016 o estado do Espírito Santo enfrentou duas votações no plenário da Assembleia Legislativa para que fosse liberado o uso do aparelho celular nas unidades escolares. A primeira terminou empatada e, na segunda, realizada um dia após o primeiro pleito, foi revogada a lei que proibia o uso de celulares em sala de aula (Lei 8.854/08). A indecisão vinha mesmo da complexidade que abarca o tema, bem como das diferentes forças que ali se encontravam para o diálogo (ou para a exclusão dele). O ano anterior (2015) fora marcado por diversos episódios envolvendo professores, alunos, funcionários de escolas das redes públicas e privadas que, por meio do aparelho celular, mostraram à sociedade faces de uma escola até então guardada sob sete chaves e infinitos códigos.

1 Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: rejanegandini@gmail.com.

2 Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: hiranpinel@gmail.com.

Participamos em seis escolas de momentos de observação, rodas de conversa com alunos, pais e professores e apresentamos neste trabalho traços dessas reflexões tendo como referência pensamentos de Gilles Deleuze. Delimitamos nosso *corpus* com alunos de idade entre 11 e 16 anos, embora observações sobre crianças menores tenham chamado bastante nossa atenção para um outro grupo de reflexões.

No conceito de enunciado de FOUCAULT (1993) buscamos alguns desdobramentos para essa conversa: “o enunciado instala-se ao mesmo tempo no sonho e na realidade, na ficção e no saber, estando nesta hesitação entre duas condições do enunciado o ponto de fuga, a linha de transformação do pensamento”. Se prosseguirmos por este raciocínio, podemos pensar o uso do celular no território escolar nesse entrelugar; nem vítima, nem vilão, apenas existência e possibilidade. Apostamos em caminhos no campo de investigação que nos fazem transitar na existência de pulsantes vidas tecnológicas que se fazem e refazem no tempo/espço do conhecimento sistematizado também pela escola. As tecnologias e suas relações com o contexto escolar, e em especial o celular - tomado como ponto de reflexão neste trabalho, exprimem ideias centrais do pensamento deleuziano para as dobras que passam por ações como traçar, inventar, criar, relacionar, dizer e não dizer, dobrar-se e, essencialmente, (des)dobrar-se, achar-se um e encontrar-se no outro.

A dinâmica das tecnologias no espaço escolar, a multiplicidade proposta e as possibilidades que levam à fuga de controles são acontecimentos indigestos à escola tal como vem sendo vivida. Foi necessário trazer ao ordenamento jurídico uma questão que caminha por entre redes de conhecimentos e devires que, permitindo o Estado ou não, formarão experiências de aprendizagem.

Nossos grupos...

O grupo de alunos foi composto por estudantes com idades variando entre 11 e 16 anos. Além da observação em sala, foram realizadas conversas nos horários de entrada, saída e nos intervalos. Duas rodas de conversa sistematizadas reuniram os estudantes para reflexões sobre o uso do celular. A maioria dos pais/responsáveis que participaram das rodas de conversa estabelecem com as tecnologias uma relação de uso, de “tirar proveito” do que pode ajudar. É perceptível nas falas apresentadas o quanto ainda não pensamos as tecnologias como modificadoras de uma *vidaescola*. Esse é também o pensamento de vários professores.

Entre os professores temos opiniões diversas acerca do celular na escola. Se por um lado temos profissionais céticos, apesar do pouco tempo em sala de aula, por outro temos educadores completamente encantados. A maior dificuldade parece mesmo girar em torno do equilíbrio entre os modos de ser e estar na escola. A relação de poder, de definições de donos para o conhecimento foi realmente estremecida com as tecnologias e o celular aproxima esse desafio da unidade escolar haja vista a facilidade de acesso a esse tipo de aparelho.

Apresentamos aos grupos o desafio de relacionar-se com o mundo a partir do seu corpo, em vivências concretas com diferentes parceiros e em distintas linguagens – estando entre essas linguagens algumas experiências com o celular. Tomamos como base nesta primeira etapa três princípios fundamentais para o desenvolvimento das atividades: **Éticos** (autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades); **Políticos** (direitos de cidadania, exercício da criticidade e respeito à ordem democrática) e **Estéticos** (sensibilidade, criatividade, ludicidade e liberdade de expressão nas diferentes manifestações comunicativas).

Nossas redes...

A partir dessas vivências foi possível perceber que o celular é visto majoritariamente como ferramenta e ainda não entra na conversa com pais e professores como modo de vida, como parte de um corpo que funciona com a tecnologia e também além dela. Os celulares constituem-se como dispositivos de práticas discursivas e não discursivas, nas mais diversas formas de lidar com essa tecnologia, seja para mensagens de texto, de imagens, vídeos, áudios, efemeridades. A partir desses movimentos refletimos sobre o fato de essa tecnologia poder atuar tanto para a manutenção quanto para a liberação de novos fluxos. A multidão (muitas vezes relacionada à rede de alunos) não consegue existir sem o conceito de conexões e o uso dessa rede acabou atuando como força externa que “apimenta” o pensamento.

Faz-se importante pensar na noção de conjunto, de comunidade cooperativa (NEGRI, 2003, p. 46) que envolvem a presença (ou seria onipresença?) do celular em sala de aula. Para Negri, está esta relação sustentada por redes de saberes, fazeres e poderes nas quais se manifestam a capacidade das “populações” de assumirem as condições biopolíticas da própria existência. O celular traz o comum para dentro da escola por meio de uma relação com os outros que vivemos nos mais diversos espaços e isso nos possibilita experiências com um currículo para além da burocratização, um currículo que pulsa e se movimenta potencializando o que há de cooperativo em nossa inteligência.

Relações de narrativas com o celular não são auto-centradas e possibilitam uma *vidaescola* como permanente processo de negociação. Uma *vidaescola* com diferentes intensidades, sempre dentro e fora (fita), o que acaba sendo colocado sob suspeição quando os gestores escolares promovem a sacralização do celular como aquilo que foi expropriado do uso comum no espaço escolar. Seguindo essas linhas de fuga e de articulação, prosseguimos com o pensamento deleuziano para refletir sobre os lugares que ocupamos (professores e tecnologias) nesse percurso da aprendizagem escolar. Pela própria natureza do pensador com quem dialogamos não seria uma boa escolha definir esses lugares como se fixos fossem, sem entrelaçamentos, rupturas, agenciamentos. Diante disso, buscamos investigar a participação do que KOHAN (2002, p. 157) chamou de “uma permanente ‘preocupação’ do pensamento político: a vontade de poder das maiorias”.

Nosso encontro seguinte levou aos participantes esses questionamentos. Como resistir? É preciso resistir? A que estamos resistindo? Com quais estratégias? Fez-se então um movimento rumo ao devir, à imanência. Não é mais uma discussão entre o bem e o mal, entre usar e não usar, entre o permitido e o proibido. As tecnologias seguem para um plano de imanência, configuram-se como possibilidades que compõem o espaço escolar e por ele são compostas. Caracterizam-se pela incompletude nas ligações, são voláteis ao tempo, reconfiguram as relações, desestabilizam os pensamentos lineares porque estabelecem redes diversas, compõem o que temos como impessoal e singular.

Se por um lado a possibilidade de pesquisa é apontada como relevante fator em defesa da liberação do uso do celular no espaço escolar, por outro as situações que levaram diversas pessoas ao constrangimento são apontadas como fator negativo. Faz-se, então, um estranhamento que produz uma abertura para a sensibilidade, um movimento de produção de verdades que precisa considerar sentidos possíveis para chegar a possibilidades de aprendizagens. A experimentação em uma *vidaescola* está intimamente atrelada às aberturas aos possíveis, aos possíveis usos, aos possíveis fazeres, aos possíveis seres que se constituem também com fazeres diversos.

A discussão sobre as tecnologias não pode mais chegar às escolas como assunto transversal. Uma cartografia marca *escolavidadetecnologias* no mesmo *espaçotempo*, indicando

referentes de uma lógica existencial que se produz no próprio movimento, animado pelas lógicas das intensidades. Por não serem lineares, as ações que movimentam o celular na escola não vêm como representação do que já está ali presente, mas como capacidade de desviar. Nesse sentido, o pensar as tecnologias no espaço escolar, e neste caso específico – o celular, não deve ser uma postura isolada da representação que as tecnologias têm na constituição do humano, daquilo que nos potencializa como aprendentes – independente de ocuparmos posições de pais, professores ou alunos, conforme KOHAN (2002, p. 126) nos põe a pensar.

Lembrando Derrida, podemos refletir acerca de diferenças entre desconstruir e destruir e, assim, analisar como a tradição é capaz de frear um curso de desconstrução tão importante às construções curriculares. O que se trouxe à escola por meio da designação curricular já não é suficiente para garantir possíveis, impõe uma série de nós ao definir linhas que delimitam dimensões muito estreitas para o conhecimento, para as linguagens, para os afetos/afecções. Deleuze nos diz: fluxo não é fixo. E o celular no espaço escolar pode constituir fluxo, movimento, desconstrução de espaços consolidados em detrimento do respeito às diferenças, ao humano, ao outro que se faz conosco. Nesta relação com a rigidez fixa das experiências curriculares no espaço escolar propomos uma reflexão sobre a chegada de mais esta materialidade na *vidaescola*, uma materialidade perpassada pelo real que nos permite criar algumas invisibilidades e outras tantas possibilidades.

Os espaços são agora co-habitados, conhecimentos são partilhados porque o mundo e as enciclopédias estão à mostra. Mas onde está a potência do partilhamento desse conhecimento? Da comum ação que nos torna humanos e sensíveis e, também por esse motivo, nos leva a caminhos de infinitas e possíveis aprendizagens. O conteúdo escolar é um valor em si mesmo e pode ser reificado se conseguirmos produzir um coletivo *aprenderensinarviver* que nos evidencia negociações e nos possibilita desterritorializações importantes no caminho escolar. Quais seriam, então, os sentidos vivenciados pela comunidade escolar ao “permitir” o aparelho de celular no espaço escolar?

Retomemos Paulo Freire e sua busca pela coerência (1991, p. 59) e temos a impossibilidade de controle das realidades pelos modelos que as estruturam, definem e explicam. Assim, a interação com o celular na escola não está inscrita em obediências às normas e princípios, legislações e decretos, mas no movimento que se faz cotidianamente, reconhecendo o outro e trazendo-o para espaços de devires e invenções também no ambiente escolar.

Referências

CARVALHO, J. M.. A razão e os afetos na potencialização de “bons encontros” no currículo escolar: experiências cotidianas. In FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). **Currículo e Educação Básica**: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Rio de Janeiro: Rovellet, 2011.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FERRAÇO, C. E. (Org.). **Currículo e Educação Básica**: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Rio de Janeiro: Rovellet, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: a pedagogia do oprimido revisitada. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, M. **Verdade e subjetividade** (Howison Lectures). Revista de Comunicação e linguagem. n. 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.

KOHAN, W. O. Entre Deleuze e a Educação: notas para uma política do pensamento. In: **Educação e Realidade**. Rio de Janeiro, 2002. p. 123-130.

MELLO, J. M. de (Org.). **Mídia e Escola** – Perspectivas para Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.redecep.org.br/midia_educacao.php>.

PINEL, H. **Educadores da noite**: educação especial de rua, prostituição masculina e a prevenção as DST/AIDS. 2. ed. Belo Horizonte: NUEX-PSI Editorial, 2003. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.